

A AGENDA NEOLIBERAL EM GOIÁS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Mariza Almeida Rosa Pereira¹
Soraia Rodrigues Chaves²

Resumo:

Este trabalho explora conceitos sobre a Reforma e Estado Gerencial de forma a debater sobre a “Nova gestão pública” como instauração de reformas neoliberais desde a década de 1990, em todos os setores, da política e economia até a educação. Inúmeras medidas vão sendo tomadas, a fim de que haja uma reestruturação do Capital e o Gerencialismo ofereça coerência de ideologia e de organização às estruturas complexas dessas mudanças. Nesse ponto, também se analisa o conceito de publicização – o privado se apropriando do público em detrimento deste, é o Estado descentralizando para re-centralizar e continuar mantendo o controle, reorganizando sua maneira de gerir e, ao mesmo tempo, se desobrigando das questões de bem-estar social. Após as reflexões teóricas, expõem-se os resultados de uma pesquisa empírica que problematizou a gestão educacional implementada, durante a década de 2000, pelo governo estadual de Goiás com o objetivo de analisar a agenda educacional neoliberal, estabelecida com o slogan “Tempo Novo”, caracterizando o início do governo do PSDB, com a eleição de Marconi Perillo como governador. A pesquisa de cunho documental buscou analisar O Plano Plurianual de 2000 a 2007 e o I Curso de Capacitação para Candidatos a Gestores Educacionais, ofertado pela SEDUCE. Como procedimento, fez-se a leitura do material selecionado e a classificação do repertório discursivo, levando em conta os contextos político, econômico, social e cultural da época. Conclui-se que o “Tempo Novo” foi a implantação da nova gestão pública gerencialista em Goiás com foco na aceleração das reformas neoliberais.

Palavras-chave:

Reforma. Gerencialismo. Publicização. Gestão Educacional. Gestão Empresarial.

THE NEOLIBERAL AGENDA IN GOIÁS AND ITS IMPACTS ON EDUCATION

Abstract:

This research explores concepts on the Reform and the Management State in order to debate the “New public management” as the establishment of neoliberal reforms since the 90's, in all sectors, from politics to economics and education. Countless actions are being taken in order to have a restructuring of Capital, and Managerialism offers coherence of ideology and organization to the complex structures of these changes. At this point, the concept of publicization is also analyzed - the private appropriating the public to the detriment of this one, it is the State decentralizing to re-centralize and continue to maintain control, reorganizing its way of managing and, at the same time, releasing itself from issues of social well-being. After the theoretical reflections, the results of an empirical research that problematized the educational management implemented during the 2000s by the state government of Goiás are exposed with the aim of analyzing the neoliberal educational

¹Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Jataí-GO. Professora efetiva da rede estadual de ensino de Jataí-GO. E-mail: marizarosa167@gmail.com

²Mestre em Educação. Docente na Universidade Federal de Jataí. Jataí-GO. E-mail: soraia.rodrigueschaves90@gmail.com

agenda, established with the slogan "Tempo Novo", characterizing the beginning of the PSDB government, with the election of Marconi Perillo as governor. The documentary research sought to analyze The Pluriannual Plan from 2000 to 2007 and the 1st Training Course for Candidates for Educational Managers, by SEDUCE, at that time. As a procedure, the selected material was read and the discursive repertoire was classified, taking into account political, economic, social and cultural contexts at that time. It is concluded that the "TEMPO NOVO" was the implementation of the new managerialist public management in Goiás with a focus on accelerating neoliberal reforms.

Keywords:

Reform. Managerialism. Publicizing. Educational management. Business management.

LA AGENDA NEOLIBERAL EN GOIÁS Y SUS IMPACTOS EN LA EDUCACIÓN

Resumen:

Esta investigación explora conceptos sobre la Reforma y el Estado de Gestión para debatir la "Nueva gestión pública" como el establecimiento de reformas neoliberales desde la década de 1990, en todos los sectores, desde la política hasta la economía y la educación. Se están tomando innumerables acciones para lograr una reestructuración del Capital y el Gerencialismo ofrece coherencia de ideología y de organización a las complejas estructuras de estos cambios. En este punto, también se analiza el concepto de publicización – lo privado que se apropia de lo público en detrimento de este, es el Estado que descentraliza para volver a centralizar y continuar manteniendo el control, reorganizando su forma de administrar y, al mismo tiempo, liberándose de los problemas de bienestar sociales. Luego de las reflexiones teóricas, se exponen los resultados de una investigación empírica que problematizó la gestión educativa implementada durante la década de 2000 por el gobierno del estado de Goiás con el objetivo de analizar la agenda educativa neoliberal, establecida con el lema "Tempo Novo", caracterizando el comienzo del gobierno del PSDB, con la elección de Marconi Perillo como gobernador. La investigación documental buscó analizar el Plan Plurianual de 2000 a 2007 y del I Curso de Capacitación para Candidatos a Gerentes Educativos, por SEDUCE, en aquel momento. Como procedimiento, se leyó el material seleccionado y se clasificó el repertorio discursivo, teniendo en cuenta los contextos políticos, económicos, sociales y culturales de la época. Se concluye que el "TEMPO NOVO" fue la implementación de la nueva gestión pública gerencialista en Goiás con un enfoque en la aceleración de las reformas neoliberales.

Palabras clave:

Reforma. Gerencialismo. Publicización. Gestión Educativa. Gestión Empresarial.

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões feitas em uma pesquisa na pós-graduação *strictu sensu* - Mestrado em Educação (PPGE – Jataí-GO) - com o objetivo de analisar como foi realizada a implementação de reformas gerencialistas no governo de Marconi Perillo, no

estado de Goiás, com ênfase nas mudanças educacionais e nas estratégias de gestão no ensino público.

A reforma estrutural e política, ocorrida a partir de 1990, tem como eixo central o Estado, que vai se reconstruindo, redefinindo seu papel e remodelando o modo de atuar na sociedade sem perder seu poder, e tem como objetivos enxugar a organização estatal, propor melhorias no desempenho em relação aos serviços públicos e transferir serviços para a iniciativa privada.

A reforma constituiu-se como parte de um projeto para o desenvolvimento econômico, centro da ideologia neoliberal. Tal ideologia é fundamentada no liberalismo econômico, enaltecendo o mercado, a concorrência e o “privado”, de modo que se regulamentam mecanismos, a fim de que se mantenha a acumulação de capital pelas elites em detrimento de políticas de bem-estar social, consideradas onerosas ao Estado. Conforme aponta Bresser-Pereira (1997, p.23),

Para delimitar com clareza as funções do Estado, é preciso, a partir do conceito de Estado, distinguir três áreas de atuação: (a) as atividades exclusivas do Estado; (b) os serviços sociais e científicos do Estado e (c) a produção de bens e serviços para o mercado.

Nesse sentido, há uma série de atividades que não necessariamente seriam exclusivas do Estado, como as escolas, as universidades e os centros de pesquisa, por exemplo, áreas bastante competitivas, em que o Estado abre espaço para a participação privada e, ao mesmo tempo, mantém o controle através de uma administração gerencial, a qual, inclusive, financia. A proposta de Bresser-Pereira (1997) era a de implementar a administração gerencial no lugar da administração burocrática.

O gerencialismo é, certamente, não só um processo, mas também uma ideologia que legitima direitos ao poder. Compõe-se por arranjos organizacionais combinados à burocracia e ao profissionalismo para resultar nessa autoridade, é ainda um sistema que organiza os objetivos das instituições e os meios para alcançá-los. No entanto, é, inclusive, uma mistura de discursos que se interpõem e se contrastam, muitas vezes, sobre a maneira de gerir. Assim enfocam nesses discursos, liderança, estratégias e/ou qualidade.

Propõe-se, portanto, uma mudança de cultura, em que se produzam organizações mais receptivas, mais centradas no “cliente”, mais eficientes e capazes de fazer mais com menos, maior eficiência e produtividade aumentadas.

Assim, não se objetivou privatização direta na Educação, mas a introdução de parcerias com empresas privadas regidas pelo gerencialismo estatal. De acordo com Bresser-Pereira (1996, p. 23, grifo do autor),

A transformação dos serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social se fará através de um “programa de publicização”, que não deve ser confundido com o programa de privatização, na medida que as novas entidades conservarão seu caráter público e seu financiamento pelo Estado.

O que vem ocorrendo, nas últimas décadas, nas gestões estatais, é uma reconfiguração do “privado” e do “público”, a publicização se mostra como alternativa à privatização, ou seja, se apresenta como um rearranjo dos extremos, novas disposições de responsabilização e avaliação são combinadas para maior liberdade e autoridade gerencial, estabelecendo certos limites entre as duas esferas.

A máquina pública é caracterizada por gerar gastos bastante elevados, e por conseguinte, que não sobram dividendos para se investir em infraestrutura, saúde e educação, por exemplo, sendo assim, não é dotada de competência na gestão de seus processos, muito menos de capacidade de avaliação da qualidade dos mesmos. Justifica-se assim, a inserção da participação privada em diversos setores para alavancar a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, tem-se, portanto, a consagração de parcerias público-privadas. Bresser-Pereira (1997, p.58, grifo do autor) ainda diz que:

Dentre as principais características da administração pública gerencial, chamada de ‘nova administração pública’ estão a orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente e a ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão.

Surge o discurso de “organizações-empresa” nas instituições públicas que prestam serviços a clientes, inclusive na educação, em que a escola é também uma empresa e o aluno é o cliente. Assim o é para o burguês, que deve ter seus anseios e desejos satisfeitos em nome de uma relação de qualidade, uma “empresa de ensino boa” para consumidores inflexíveis que podem pagar por ela.

Diante disso, pergunta-se: e o “público”? Essa orientação também vem se propagando, ao longo dos últimos anos, nas escolas públicas, embora em outro contexto, com a participação de empresas privadas na gestão de uma unidade escolar que precisa atender

seus alunos-clientes, futuros “trabalhadores eficientes” a servirem um rigoroso mercado, que precisa lucrar e manter essa estratificação social, assim é a sociedade neoliberal.

Para medir o nível de controle e a qualidade dos serviços, gestões gerencialistas implementam estratégias de responsabilização de modo a impulsionar tais aspectos no cumprimento de metas. O que, de fato, se vê, são ações que seguem uma racionalidade econômica bem própria da Reforma do Estado de Bresser-Pereira. Logo, as reformas educacionais possuem características gerencialistas, e segundo Lima (2011, p. 48)

caracteriza-se o modelo gerencial como aquele que concentra graus elevados de eficiência, eficácia e produtividade, primando por normativas de desconcentração da produção, financiamento e oferta das políticas sociais e centralização de sua avaliação e controle.

Deste modo, cabe ao Estado ajustar-se ao máximo no atendimento em relação ao controle das políticas, conduzindo o desenvolvimento do sistema como um todo, estabelecendo as diretrizes para a formação dos recursos humanos, avaliando os resultados obtidos pelas unidades descentralizadas, atuando na regulação deste sistema, para que as metas sejam cumpridas. A palavra de ordem é competitividade, segundo Oliveira, Silva e Raimann (2020, p.271)

A forma como pensava e pensa a reestruturação dos serviços públicos, tem como eixo central a incitação à competição entre as instituições reguladas por premiações as que tiverem melhores resultados. Observa-se que a referida “premiação” está para um “incentivo” à submissão aos mecanismos postos para o alcance das metas, segundo os indicadores pré-estabelecidos.

Na Educação, profissionais como gestores e professores, entre outros, têm sido cada vez mais pressionados a obter uma nova performatividade³. Para Ball (1998, p.6-7, grifo do autor), a performatividade é compreendida como

[...] um mecanismo de controle, uma forma de controle indireto ou de controle à distância que substitui a intervenção e a prescrição pelo estabelecimento de objetivos, pela prestação de contas e pela comparação. Além disso, como parte da transformação da educação e da escolarização e da expansão do poder do capital, a performatividade fornece sistemas de signos que “representam” a educação de uma forma auto-referencial e reificada para o consumo. E, na verdade, muitas das tecnologias específicas

³ A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança. BALL, Stephen J. Ball, p. 543 – Cadernos de Pesquisa, v.35, n.126, set./dez.2005.

de performatividade em educação (Gerência de Qualidade Total, Gerência de Recursos Humanos etc.) são tomadas de empréstimo de contextos comerciais.

Essa nova performatividade é condizente com as diretrizes desse Estado-avaliador, que estabelece relevância contundente para a produtividade. A Educação tem papel estruturante na reprodução do ideário capitalista ao preparar mão de obra para o mercado e, ao mesmo tempo, fornecer consumidor para os bens e serviços gerados nos processos de produção econômicos, embora ela também seja um terreno conflituoso, já que é um elemento constituinte importante no arcabouço democrático.

O desempenho de trabalhadores ou de instituições é utilizado como parâmetro para medir a produtividade e os resultados, representam, nessa lógica gerencialista, demonstrações de “qualidade”, significam merecimento, valor, conforme diretrizes de quem julga. Nesse sentido, Gandim (2012, p.69) afirma que

A nova forma de gestão do Estado, ou seja, o gerencialismo, também trouxe mudanças no âmbito educacional. Assim como a Nova Direita atribuiu a má gestão do Estado à crise capitalista, na educação a culpabilização daquilo que foi apontado como falta de qualidade e pouca eficiência recaiu sobre a má administração das escolas.

Formas de organizações sociais baseadas no merecimento individual, promovido pelas relações pessoais, concebem-se como sistemas meritocráticos. A meritocracia, enquanto ideologia, inclusive, premia pelos resultados positivos e, ao mesmo tempo, promove a internalização da responsabilidade, culpabilizando os indivíduos pelos resultados negativos.

Todos os indivíduos são iguais perante a lei, o que os diferencia é o que um faz melhor que o outro. Tal ideologia é a principal justificativa de governos neoliberais para a manipulação do capital, seja ele social, econômico ou afetivo, fomentando, assim, a desigualdade e o individualismo que dá direito à riqueza e felicidade para poucos e legitima o escravismo da classe trabalhadora, condenando-a ao trabalho desqualificado ou semiqualficado.

Nesse ínterim, encontram-se as escolas, cunhadas nessa perspectiva gerencial, em que empresas privadas são tomadas como parâmetros de otimização de recursos, voltando a elas a responsabilização da gestão que utiliza a visão dos produtos pelos resultados e não pelos processos. Para tanto, servem-se de estratégias como bonificações, avaliações estandardizadas e modo de ação de gestores, entre outros.

As reformas neoliberais no mundo e no Brasil: uma trajetória histórica

As reformas da educação começaram mais fortemente em outros países, na década de 1980, seguindo a mesma dinâmica e perspectiva da ressignificação do capital na sua nova forma de se reinventar. O que fica definido para o mundo diante dos novos desafios e avanços tecnológicos, que provocaram o fenômeno da globalização econômica, é que o saber e o conhecimento são fatores decisivos para essa revolução científica e tecnológica.

A educação será, para os países desenvolvidos, a salvadora da Pátria, deixando de ser um bem para se transformar em serviço, portanto um ponto essencial para a abertura de mercados promissores, uma vez que é fundamental para a manutenção do sistema e é geradora de mão de obra e de necessidades produzidas pela cultura da qual faz parte e com a qual caminha lado a lado (TOSCHI, 1999, p.31).

Diante da crise financeira que atingiu vários países da Europa e América do Norte, o neoliberalismo aparece como porta de saída e possibilidade de reestruturação das economias dos países desenvolvidos. O neoliberalismo, considerado por alguns autores como a Nova Razão do Mundo (DARDOT; LAVAL, 2016), traz na sua orientação, principalmente para os países em desenvolvimento, o redimensionamento do liberalismo clássico em que o Estado é mínimo. Esta nova racionalidade mundial apresenta uma concepção mais profunda sobre: gestão, fábrica, estado gerencialista, trabalho, homem empresarial. E caberá à educação a tarefa de uma refundação intelectual destes conceitos e paradigmas para a nova sociedade mundial que se apresenta.

No Brasil, as reformas estavam aceleradas com uma legislação criada já com objetivos específicos de publicização. Souza e Flores (2017, p.220) fazem o destaque para a legislação específica:

A Lei Federal n. 9637, de 15 de maio de 1998, foi criada pelo ministro Bresser Pereira com a finalidade de dispor sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, criar o Programa Nacional de Publicização, extinguindo o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e a Fundação Roquete Pinto, e absorvendo suas atividades por O.S.

No caso específico da educação, Robertson e Verger (2012) fazem referência às Parceiras Público-Privadas em Educação (PPPE), implicando no afastamento do Estado da oferta direta da educação, mantendo seu foco no financiamento aos provedores (através de valores ou subsídios) e atuando na esfera da regulação e da avaliação dos serviços

educacionais. Os autores, apoiados em Fielden e Larocque (2008) e Patrinos et al (2009), afirmam que:

Uma política-chave associada à construção de PPPEs consiste na liberalização do setor educacional. Tal liberalização se destina a gerar um ambiente favorável ao surgimento de um setor privado mais ativo no campo educacional e estimular o surgimento de empresários no setor. A liberalização materializa-se na remoção de barreiras regulatórias para o desenvolvimento do setor privado, tais como a proibição da presença de empresas estrangeiras ou instituições privadas atuando no setor educacional, vigência de tarifas para repatriar excedentes oriundos de atividades educacionais e definição de limites sobre taxas e mensalidades a serem cobradas pelas instituições com fins lucrativos, nacionais ou internacionais (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1144).

No Estado Gerencial, a educação é um serviço, um bem de consumo e os pais e alunos passam a ser clientes, desta forma a educação que não se constitui mais em um direito, passa a ser passível de cobrança de taxas, com um forte argumento neoliberal do mercado, de que a cobrança de taxas iria inferir diretamente na qualidade de ensino. Robertson e Verger (2012, p. 1144) assinalam que:

Os defensores das PPPEs salientam seu papel promissor na resolução dos problemas de qualidade pela via da reestruturação das condições de trabalho dos professores (revisão de contratos, adoção de concorrência e de incentivos) e da remoção do Estado na condução da educação, tendo em vista a caracterização de que ele é o principal responsável pela falta de qualidade, e sua substituição na gestão educacional por setores privados, compostos inclusive por atores internos ao sistema educacional, como professores, pais de alunos. Essas versões de PPPEs também reestruturaram a administração das condições de trabalho dos professores, como o contrato de trabalho, incentivos e prêmios.

As considerações acima estão presentes no texto A Origem das Parcerias Público-Privadas na Governança Global da Educação e os autores apresentam as consequências advindas das suas práticas nos países que as adotaram, como se lê:

Em países de baixa renda, projetos políticos de matriz neoliberal avançaram por meio de políticas de ajuste estrutural proposto pelo BM/FMI. Este repertório político, que incluía a descentralização, a privatização e a cobrança de taxas, teve consequências devastadoras não só na qualidade e na capacidade desses sistemas de ensino, mas também para a sociedade como um todo nas quais se inserem, tendo em vista a crescente polarização social e os níveis de desigualdades (BONAL, 2002; ILON, 1994 apud ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1137).

O relatório para UNESCO (Organização das Nações Unidas Para Educação Ciência e Cultura) *Educação um Tesouro a Descobrir* (1996) indica o caminho para as reformas educacionais necessárias no encontro com o reordenamento da economia e do mercado no século XXI. Escrito por Jacque Lucien Jean Delors, economista, banqueiro e político, entrou para o PS (Partido Socialista Francês) em 1974, foi presidente da Comissão Europeia de 1985 a 1995, referências que lhe deram autoridade para deliberar em nome dos interesses das nações desenvolvidas. O relatório trata da educação básica até a universidade e traz em si todos os objetivos neoliberais determinados na reforma do Estado: liberalismo econômico, individualismo metodológico, liberdade e segurança (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.112-116), objetivos implícitos nos quatro pilares da educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e Aprender a Ser (UNESCO, 1990).

As reformas neoliberais e o Tempo Novo na educação de Goiás

Já em Goiás, nossa pesquisa busca apontar como essas reformas impactaram diretamente a organização da educação no estado.

Historicamente, Goiás sempre se movimentou sob uma política tradicional e conservadora, sofrendo todos os impactos da ditadura empresarial militar, com intervenções autoritárias e antidemocráticas no quadro político.

A nossa pesquisa documental tratou de resgatar esse movimento, construindo uma linha de tempo e uma análise de conjuntura política, econômica, social e cultural, sob a luz de uma bibliografia que analisa as políticas neoliberais, capaz de nos localizarmos no tempo e no espaço físico e histórico, para nos trazer uma compreensão da conjuntura política e do poder alinhado a este processo nacional e mundial, como citado anteriormente, através de suas lideranças, quando ocupam instâncias políticas importantes e colocam em prática seus projetos, produzindo legislações e planejamentos de acordo com suas ideologias. Esses documentos foram objetos de pesquisa para desvelarmos, por meio de seus vocabulários e linguagem, a essência daquilo que não estava dito.

Diante disso, a análise aqui empreendida frente aos documentos oficiais, seja do governo do estado de Goiás e do governo federal, tomou como referência o contexto histórico, político, econômico e social em que eles foram produzidos e já mencionados anteriormente.

Nessa esteira, Evangelista (2009, p.246) destaca:

A demanda de análise dos conceitos reiterados nos documentos dos principais órgãos estatais e organismos multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO, de onde provêm orientações para a reforma educativa na virada do século, na América Latina e Caribe, sugere a identificação dos conceitos-chave em torno dos quais se estruturam, a identificação dos vocábulos ou expressões que os compõem. Ou seja, há uma teia conceitual nas fontes e, ao selecioná-las, é necessário explicitar os critérios pelos quais foram estas as escolhidas em detrimento de outras. Em razão da sua aparência é que se pode dizer, de modo genérico e irônico, que elas “mentem”. Há nelas mais do que o dito textualmente. O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomendação supérflua, entretanto, deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte.

A educação em Goiás

Goiás é um dos primeiros estados a aprovar Lei Complementar que organiza e regulamenta seu sistema de ensino. A Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, estabelece as Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. Como todos os demais documentos da educação em âmbito federal, este documento também sofreria os impactos das reformas neoliberais e das legislações que passaram a regulamentar o ensino no Brasil.

No título IV, Da Organização da Educação Estadual, artigo 7º item III da Lei Complementar nº 26, que foi também chamada de LDB goiana e que regulamenta o ensino em Goiás, estabelece que: cabe ao estado de Goiás, através da Secretaria Estadual de Educação, “definir, com os municípios, forma de colaboração na oferta de ensino fundamental, sendo opcional aos municípios integrarem-se ao sistema Estadual de educação ou comporem com ele um sistema único”. Seguindo essa legislação e já colocando a palavra colaboração em ação, Goiás já coloca também em andamento a palavra descentralização, presente em todos os documentos oficiais do governo federal e estadual, determinando através de portaria a municipalização no referido estado.

Assim que assume o Governo, Marconi Perillo coloca em vigência o inciso V do artigo 11 da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB 9394/1996), determinando que a primeira fase do ensino fundamental seja de competência dos municípios. Foram apresentadas três formas de municipalização para que os municípios, juntamente com o estado, pudessem buscar uma melhor forma de gestão: 1) Gestão Compartilhada: estado e município juntos

compartilhando toda a estrutura física, pedagógica e administrativa; 2) Gestão municipalizada: o estado coloca à disposição do município toda estrutura administrativa, pessoal e física até que este seja capaz de absorvê-las; esta modalidade causou uma grande rejeição por parte dos professores que não aceitavam ser municipalizados, em função de seus salários, planos de saúde e aposentadorias; 3) Municipalização completa: o estado deixa de oferecer o ensino fundamental, ficando o município obrigado a absorver toda a demanda com recursos próprios, uma vez que a lei que estabelece a municipalização e a descentralização não prevê repasse financeiro ou fundo de participação, a não ser o que já está previsto no FUNDEF (GOIÁS, 1999). Também ficou estabelecido um prazo de dez anos para que todo o processo fosse concluído. Prefeitos e secretários municipais de educação tiveram que assinar uma carta de adesão, para formalizar a escolha feita, de acordo com suas dificuldades financeiras e administrativas (SEDUCE).

Atualmente o aspecto financeiro tem se constituído na justificativa dos municípios em fechar vagas no ensino fundamental, abrindo um nicho no mercado, com uma enorme demanda para o setor privado, e se desenhando na prática social uma política privatista explícita nas reformas educacionais neoliberais e nas políticas públicas. Essas reformas neoliberais já estavam presentes em Goiás, por meio das políticas de desestatização ensejadas pelos governos federais como apontam Souza e Flores (2017, p.221):

Estas políticas de desestatização chegam em Goiás por meio de medidas voltadas para a privatização das empresas públicas. Em 4 de dezembro de 2001, o Banco do Estado de Goiás (BEG) é vendido em leilão pela quantia de R\$ 665 milhões para o Banco Itaú. No final da década de 1990, com assunção de Marconi Perillo Júnior do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), são implementadas medidas de reestruturação do Governo Estadual, tais como: ajuste fiscal, suposta valorização do servidor público e atendimento ao cidadão.

Os Planos Plurianuais do estado de Goiás

O governador Marconi Perillo, em dezembro de 1999, apresentou o seu PPA com o título de Goiás Século XXI 2000/2003 - Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional. No que tange à educação, o PPA afirma em seu parágrafo 2º, item II – que trata da universalização da educação e da saúde compromissada com a municipalização e a crescente melhoria da qualidade. Para a Secretaria da Educação, o título estabelecido foi: Goiás Cidadania com Melhoria de Qualidade de Vida.

Durante seus dois mandatos de governo, vários programas e ações foram elaborados e efetivados, próprios da proposta dos PPAs, sendo eles: Programa de Aceleração da Aprendizagem para corrigir as distorções idade/série, em uma parceria com o Instituto Ayrton Senna; valorização das escolas públicas e de professores (pagando os seus vencimentos dentro do próprio mês); reformas e construção de escolas Padrão Século XXI; eleição para diretores (democratização das escolas); formação de professores através das parceladas, com o compromisso de cumprir com a LDB e dar formação para todos até 2006 e, para isto, deu-se a efetivação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), com os cursos emergenciais, e o ordenamento de todos os professores de acordo com suas respectivas formações e especialidades; assessoria técnica para elaboração do PPPE (Projeto Político Pedagógico da Escola); programa de modernização da administração interna da SEDUCE, através da informatização das informações com toda a rede ligada em um mesmo sistema; PDE (Programa de Desenvolvimento das Escolas), PDDE (Programa Dinheiro Direto nas Escolas); descentralização da educação através da municipalização, construção de prédios para o NTE (Núcleos de Tecnologias da Educação); uma minirreforma do ensino médio que previa laboratórios de computadores com professores capacitados para este fim nas escolas; capacitação para professores para as escolas inclusivas; reforma das estradas, Goiás competitivo através de incentivos fiscais para a vinda de indústrias para o estado. Para desenvolver seu programa de governo Goiás século XXI, foi convidada a compor a Secretaria Estadual de Educação, uma professora da Universidade Federal do Estado de Goiás, também filiada ao programa político partidário do governo estadual (SEDUCE).

A nova secretária, Raquel Teixeira, trouxe para Secretaria Estadual da Educação ações voltadas para equidade: Salário-escola; Educação Especial, Escreve Goiás, Licenciatura Plena Parcelada na UEG, Pró-Formação, Cantinho da Leitura, Pró-Gestão, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Eleições Direta para Diretores de Escola. Durante a sua atuação, cada curso de capacitação tinha uma palavra chave a ser trabalhada em seu significado e contextualização. Um destaque para uma delas: resiliência; o intuito era para que os professores entendessem que naquele momento um novo tempo era de mudanças e assim conseguissem assimilar essas mudanças com motivação e desempenho. Com um discurso muito bem articulado e moderno sobre participação democrática e inovação, a secretária marcou sua gestão afirmando sempre que seu olhar estava no futuro e que a modernidade era seu foco: desenvolvimento tecnológico, implantação dos telecentros, teleporto e corredor

tecnológico entre Goiânia/Brasília. Sua palavra-chave do século XXI era inovação, e para isto usou como argumento:

O desenvolvimento tecnológico passa pela interação entre pessoas. Há um novo cenário mundial que se traduz por um século cada vez mais exigente. A chamada “governança pública” pressupõe a elaboração de projetos estratégicos de educação e desenvolvimento tecnológico. Como vivemos um século exigente, as pessoas estão cada vez mais atentas e dispostas a cobrar resultados cada vez mais eficazes e precisos aos administradores públicos (TEIXEIRA, 1999, p.18).

Assim, sintonizada e afinada com o “Tempo Novo” de Marconi Perillo, a secretária de educação, com um discurso afirmativo sobre gestão, chega à pasta da educação com a marca da modernidade e da inovação como sendo uma estratégia positiva e de avanços importantes.

A secretária também traz o conceito de parcerias para sua gestão como condição necessária para o desenvolvimento econômico do estado e melhoria da qualidade da escola e, para isso, busca como primeira forma de parceria a pessoa do diretor como liderança dessa parceria, e posteriormente, a parceria dos pais como ponto importante no sistema educacional. E revela:

O mundo moderno é um mundo complexo, o que torna o processo educacional também complexo. A exigência de conhecimentos cada vez mais aprofundados, de habilidades sofisticadas, de capacidade de iniciativa, criatividade e flexibilidade mudaram o nível de expectativa que as pessoas depositam na escola. Educação não é apenas o principal instrumento de justiça social, é também condição necessária ao desenvolvimento econômico. A escola não pode ser um problema do diretor ou da diretora apenas, como a Educação como um todo não pode ser um problema da Secretária ou do Governador. Educação é tarefa, é responsabilidade de todos e implica um trabalho a muitas mãos, que, para dar certo, precisa da liderança de alguém, coordenando, acompanhando, avançando (TEIXEIRA, 1999, p.19-20).

Apesar de longa, a citação é necessária para se compreender melhor esse momento de início de governo do PSDB em Goiás (1999), quando não se falava em publicização nos discursos governamentais, e sim em parcerias com a comunidade escolar e com a sociedade em geral, havendo um chamamento das lideranças para assumirem a responsabilidade da educação.

Industrial de Goiás (ADIAL), para o Programa de Aceleração da Aprendizagem (GOIÁS, 1999, p.20).

Nesse contexto, a educação mereceu destaque principal, tendo em vista que teria o compromisso de promover o desenvolvimento social e econômico. Dessa forma, torna-se importante um estudo um pouco mais detalhado sobre a importância dessa pasta para Goiás, dentro do seu PPA, que foi elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, trazendo os objetivos estratégicos do governo de Goiás para o quadriênio 2000/2003.

A escolha de Raquel Teixeira para ocupar a pasta da educação contou com a credibilidade de muitos professores, diante da sua formação na escola pública, sendo professora na UFG (Universidade Federal de Goiás) com títulos acadêmicos e produções em defesa da escola pública, além de mostrar-se afinada com as pautas de reivindicações dos professores e com um carisma de quem militou muito tempo em sala de aula (FGV – CPDOC). Esta escolha trouxe para o governo todas as condições de implementação das mudanças com um mínimo de resistências e críticas desfavoráveis.

Importante fazer essa relação para se perceber como os secretários das diferentes pastas no governo estadual, naquele momento, incluindo a da educação, estavam empenhados nas reformas neoliberais, que se enquadravam no Plano da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado, segundo Bresser-Pereira (1995), como se vê no PPA 2000-2003. Nessa perspectiva, o Estado se desonera do papel de assumir investimentos na política social e compartilha essa tarefa com setores públicos não estatais, reduzindo o grau de sua interferência ao efetivamente necessário e assumindo o papel de avaliador dos serviços prestados, como afirma Bresser-Pereira (1995, p.61):

Uma outra forma de conceituar a reforma do Estado em curso, é entendê-la como um processo de criação ou de transferência de instituições, de forma a aumentar a governança e a governabilidade. A Privatização é um processo de transformar uma empresa Estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização Estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

Na análise⁴ realizada nos dois PPAs (Planejamento Plurianual 2000 - 2003 e 2004 - 2007) e também no primeiro documento produzido pela Secretaria de Educação Diga presente a esta chamada, Processo de Democratização da Educação em Goiás, 1º Curso de Capacitação para Candidatos a Gestores Educacionais, por ocasião da pesquisa, concluímos que toda a narrativa é composta por um vocabulário compatível com os encontrados nos documentos nacionais e internacionais, assim como nas bibliografias que abordam este tema e que expõem, descrevem e defendem as reformas neoliberais. Essas palavras são: empreendedorismo, renovação, inovação, adaptação, parcerias, descentralização, flexibilidade, eficácia, universalização, avaliação, pedagogia de resultados, autonomia, cooperação, competência, equidade, qualidade, produtividade, eficiência.

É esse vocabulário que está presente nos PPAs, nas legislações, nos documentos oficiais, nos discursos políticos e nos artigos das teleaulas do 1º Curso de capacitação. Ou seja, resultados eficazes e acesso escolar, na direção de mudanças para alcançar um futuro articulado ou produzido pelas reformas do Estado.

Tadeu Alencar Arrais, em *Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional de Goiás*, trata do PPA no estado goiano e descreve da seguinte forma o primeiro PPA 2000-2003 do Governo estadual na época:

Esse plano reproduziu o propósito de corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento. No PPA, constam 5 estratégias que revelam em linhas gerais, o quadro de intenções do governo diante da intervenção territorial; 1) Goiás competitivo e pólo econômico regional; 2) Goiás cidadania com melhoria de qualidade de vida; 3) Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado; 4) Governo moderno e empreendedor; 5) Alianças e parceria, em prol de Goiás (ARRAIS, 2007, p.32).

⁴ Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos de Eneida Oto Shiroma, Roselane Fátima Campos, Rosalba Maria Cardoso Garcia – Resumo - Este artigo apresenta os subsídios teóricos utilizados por nosso grupo de pesquisa para analisar a política com base nos conceitos, no conteúdo e nos discursos presentes nos documentos de política educacional. Os textos são apenas ponto de partida, nossa meta não é fazer análise de discurso, mas compreender a política. Discutimos a hegemonia discursiva, a colonização do vocabulário da reforma, a bricolagem de conceitos visando construir novas lentes para interpretar os textos da reforma; para ler o que dizem, mas também para captar o que “não dizem”. Tomamos os textos como produtos e produtores de orientações políticas. Os sentidos não são dados nos documentos, são produzidos; estão aquém e além das palavras que os compõem. Por isso, focamos não apenas um documento isoladamente, mas suas versões preliminares, textos complementares, assim como o contexto de influência e da produção dos textos, articulando níveis macro e micro de análise. Nessa perspectiva, um documento não é restrito a uma única e harmoniosa leitura. Pelo contrário, é aberto a re-leituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso 10/8/2020

Diante dessa apresentação, pode-se perceber, em consonância com o discurso do governador, nos PPAs de seu governo, a intenção de promover um espírito competitivo próprio do mercado e do projeto neoliberal para a governança.

Considerações finais

A leitura destes documentos oficiais, sob o referencial teórico-metodológico da análise de conteúdo, nos levou a compreender que, se por um lado, houve um discurso em defesa da escola pública e da gestão democrática; por outro, os programas e ações sob a gestão de Marconi Perillo se voltaram para práticas gerencialistas e de quase mercado para a educação, mediante parcerias público-privadas.

Os vocabulários levantados nestes documentos (PPAs, legislações e documento específico da educação) apontaram para uma concepção de gestão pública voltada para atender o mercado, introduzindo desta forma uma Nova Gestão Pública, sob o cunho gerencialista em que pese a eficiência, eficácia, a responsabilização do agente público pelo seu serviço prestado ao cidadão cliente.

Na análise de conteúdo, as palavras levantadas como: empreendedorismo, inovação, descentralização, parcerias público-privadas, modernidade, eficácia, eficiência, adaptação, resultados, planejamento estratégico e cooperação, mostram que a gestão educacional proposta pelo “Tempo Novo” na gestão do governo de Marconi Perillo, liderada na Secretaria de Educação de Goiás pela professora Raquel Teixeira, possui o perfil de uma gestão empresarial. Todos os argumentos fundamentados na legislação educacional ou nas normativas portarias direcionadas à educação, neste período histórico em Goiás, estavam afinados e em perfeita sintonia com os documentos produzidos nacional e internacionalmente, apontando para a proposta das reformas neoliberais.

O programa de governo de Marconi Perillo, entre 2000-2007, estabeleceu como gestão administrativa para o estado de Goiás, uma agenda de desenvolvimento baseada nos ideais liberais e, para além da concepção de um estado mínimo, um estado gerencial, com um forte discurso imperativo de competitividade, desenvolvimento tecnológico, gestão inovadora na autonomia do mercado e na democracia representativa, tendo como principal bandeira as parcerias público-privadas. Nesta perspectiva, uma educação não como direito, mas como um produto a ser consumido; uma educação para um cidadão cliente.

A análise dos dois PPAs desvela um discurso voltado para o que seja o paradigma gerencial. Este paradigma se espalha no campo da educação estadual mediante programas e ações em que pesem metas e resultados. O documento organizado e apresentado pela Secretaria Estadual de Educação como o primeiro curso de capacitação de candidatos a gestores educacionais aponta para a organização de um cenário de publicização da educação, com o objetivo de desenvolver uma educação eficiente, eficaz e inovadora.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, v. 6, n. 12, 2007, p. 25-36. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620805004.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BALL, S. J. Cidadania Global, Consumo e Política Educacional. In: SILVA, L. H. da (Org.). **A Escola Cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, p.121-137, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n.45, p. 49-95, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do serviço público**, v. 47, n.1, p.1-28, 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>

_____. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**, v.1. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf. Acesso em: 22 mai. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional.** 2009. Disponível em: http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apevaontamentos.pdf Acesso em: 10 nov. 2019. papers/1996/95.admpublicaburocraticaagerencial.pdf. Acesso em 24 mai. 2019.

GANDIM, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de Lima. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 69-84, 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3398/2809>. Acesso em: 20 mai. 2019.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Planejamento, nº 43, 30 de setembro de 1999. **LEI Nº 13.570, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1999.** Goiás Século 21: Plano Plurianual 2000-2003, Diário Oficial do Estado de Goiás: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, ano 1999, p. 17-309, 30 set. 1999. Disponível em: <http://www.egov.go.gov.br/ppa/ppa2000-2003.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Secretaria da Educação. **Diga Presente a Esta Chamada - Processo de Democratização da Educação em Goiás: 1º Curso de Capacitação para Candidatos a Gestores Educacionais** 1999. Goiânia: Secretaria de Estado da Educação, outubro 1999. 151 p. v. único.

_____. Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Planejamento, nº 14.680, 16 de janeiro de 2004. **Goiás Século 21: Plano Plurianual 2004-2007**, Diário Oficial do Estado de Goiás: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, ano 2003, 30 set. 2003. Disponível em: <http://www.egov.go.gov.br/ppa/ppa-2004-2007/index.htm>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Governo do Estado de Goiás. Gabinete Civil. **Lei nº 15.503**, de 28 de dezembro de 2005. Relação das entidades qualificadas como organizações sociais no Estado de Goiás. 2005. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2005/lei_15503.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Secretaria da Educação. **Diga Presente a Esta Chamada: Processo de Democratização da Educação em Goiás**. Goiânia: Secretaria de Estado da Educação, outubro 1999. v. único, cap. 1, p. 11-26

_____. **Verbetes Biográfico Professora Raquel Teixeira**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teixeira-professora-raquel>. Acesso em: 30 nov. 2019.

LIMA, Antônio Bosco; SANTIAGO, Sandra Helena Moreira. **Reforma do Estado e controle avaliativo**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

OLIVEIRA, Eulália Gonçalves Souza; SILVA, Sandorlei Aparecido da; RAIMANN, Ari. Reforma do Estado e suas contradições. **Revista Panorâmica** – ISSN 2238 – 9210. Edição Especial 2020.

ROBERTSON, Susan. VERGER, Antoni. **A Origem da Parceria Público Privada na Governança Global da Educação**. Educação e Sociedade. n. 121, v. 33, p. 1133-1156, 2012.

SEDUCE. Secretaria de Educação Cultura e Esporte de Goiás. 1999.

SOUZA, Fábio Araújo; FLORES, Maria Marta Lopes. **Uma análise sobre a implementação das Organizações Sociais nas escolas de Goiás: os recursos públicos em questão**. Revista Eletrônica da Educação, v. 11, n.1, p. 217-229, jan./maio, 2017. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1604>. Acesso em: 9 abr. 2019.

TEIXEIRA, Raquel Figueiredo Alessandri. **Educação em Goiás: Preparando o Futuro**. In: TOSCHI, Mirza Seabra. **Reformas Educacionais: Reforma Educacional brasileira – Pontos de Análise**. In: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS (GO). Secretaria da Educação. **Diga Presente a Esta Chamada: Processo de Democratização da Educação em Goiás**. Goiânia: Secretaria de Estado da Educação, outubro 1999. v. único, cap. 2, p. 27-44

UNESCO. **Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty first Century (highlights)**. Paris: UNESCO, 1990.